



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular
DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA
Ano Lectivo 2019/2020

1. Unidade Orgânica

Faculdade de Direito (1º Ciclo)

2. Curso

Direito

3. Ciclo de Estudos

1º

4. Unidade Curricular

DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA (02313)

5. Área Científica

6. Ano curricular

2º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutor AFONSO FILIPE PEREIRA DE OLIVEIRA MARTINS

12. Assistentes

Prof. Doutor ANTÓNIO MANUEL DE ALMEIDA SANTOS CORDEIRO, Dr^a SILVIA MARIA GALVÃO TELES FRANCO PULIDO PEREIRA, Dr^a MARIA FILOMENA DOS SANTOS DIAS DELGADO CORREIA

13. Língua de ensino

Português

14. Objectivos Gerais

Concorrer para uma formação básica no domínio do Direito Administrativo, promovendo-se o conhecimento do sistema administrativo português e, em particular, o respectivo regime geral a que se sujeitam as actividades administrativas.

15. Objectivos Específicos

Favorecer a aprendizagem dos conceitos, princípios e soluções jurídico-normativas consideradas mais relevantes para a compreensão de um fundo comum de regulação das actividades administrativas no ordenamento jurídico português e no contexto europeu.

16. Competências a adquirir

Domínio da lógica jus-administrativa que prevalece em particular no ordenamento jurídico português, habilitando-se os alunos a compreender a realidade administrativa, a enquadrar juridicamente as principais manifestações do poder administrativo, a resolver questões práticas que relevem no âmbito do Direito Administrativo Geral e a desenvolver estudos de especialidade.

17. Metodologia de ensino

O ensino será desenvolvido nas vertentes teórica e prática, enquadrando-se em sessões de ensino de carácter colectivo os esforços de aprendizagem individual a realizar pelos alunos.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

18. Conteúdos Programáticos

INTRODUÇÃO

1. Actividade administrativa e função administrativa
2. Actividade administrativa e Administração Pública
3. Actividade administrativa e outras actividades jurídico-públicas
4. Tipologia das actividades administrativas
5. O Direito da Actividade Administrativa. Enquadramento
6. Actividade administrativa e sistemas administrativos

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Considerações gerais
2. O princípio da prossecução do interesse público
3. O princípio do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos
4. O princípio da legalidade
5. O princípio da boa administração
6. O princípio da igualdade
7. O princípio da proporcionalidade
8. O princípio da justiça e da razoabilidade
9. O princípio da imparcialidade
10. Os princípios da boa-fé e da tutela da confiança
11. O princípio da responsabilidade e da garantia patrimonial dos particulares
12. Outros princípios fundamentais

CAPÍTULO II

TEORIA E REGIME DO REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

1. Conceito de regulamento administrativo. Distinção de figuras próximas. Classificações
2. A competência regulamentar
3. O procedimento de formação dos regulamentos administrativos
4. Forma e publicidade dos regulamentos administrativos
5. Modificação e extinção dos regulamentos administrativos
6. Invalidade e ineficácia do regulamento administrativo
7. Impugnação administrativa de regulamentos administrativos

CAPÍTULO III

TEORIA E REGIME DO ACTO ADMINISTRATIVO

1. Conceito de acto administrativo. Distinção de figuras próximas. Classificações
2. Estrutura do acto administrativo
3. A competência para a produção de actos administrativos
4. O procedimento de formação dos actos administrativos



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

5. Formas de revelação e de conhecimento dos actos administrativos
6. A fundamentação dos actos administrativos
7. Modificação e extinção do acto administrativo
8. Invalidade e ineficácia do acto administrativo
9. Impugnação administrativa de actos administrativos e reacção contra a omissão ilegal de actos administrativos
10. A execução dos actos administrativos

CAPÍTULO IV

TEORIA E REGIME DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. Introdução: conceitos e disposições gerais
2. Procedimentos de contratação pública
3. Invalidade dos contratos administrativos
4. A execução dos contratos administrativos
5. Conformação da relação contratual administrativa
6. Modificações objectivas dos contratos administrativos
7. Cessão da posição contratual administrativa e subcontratação
8. Incumprimento dos contratos administrativos
9. Extinção dos contratos administrativos, em geral

19. Métodos de Avaliação

Elementos relevantes: assiduidade; participação activa nas aulas e em actividades complementares; elaboração e defesa de trabalhos escritos; provas escritas de avaliação intercalar.

20. Recursos Didácticos

Disponibilização em Biblioteca e nos Centros de Documentação de bibliografia adequada e actualizada e do acesso a bases de dados jurídicas.

21. Palavras Chave

Direito Administrativo/Função Administrativa/Actividade Administrativa



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): Diogo Freitas do Amaral
Título: Curso de Direito Administrativo, vol. I I
Edição: 3ª Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Almedina

Autor(es): José Carlos Vieira de Andrade
Título: Lições de Direito Administrativo
Edição: 4ª Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Imprensa da Universidade de Coimbra

Autor(es): Fausto de Quadros e outros (obra colectiva)
Título: Comentários à Revisão do Código do Procedimento Administrativo
Edição: 1ª Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Almedina

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): Marcelo Rebelo de Sousa/André Salgado Matos
Título: Direito Administrativo Geral - vols. I e III
Edição: Reimpressão Ano: 2010
Local: Lisboa
Editora: D.Quixote

Autor(es): Paulo Otero
Título: Manual de Direito Administrativo-vol.I
Edição: Reimpressão da Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Almedina



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA': Ano Lectivo 2019/2020
Autor	Prof. Doutor AFONSO FILIPE PEREIRA DE OLIVEIRA MARTINS
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	03-09-2019 10:06:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2019	



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa da Unidade Curricular
DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA
Ano Lectivo 2019/2020

1. Unidade Orgânica

Faculdade de Direito (1º Ciclo)

2. Curso

Direito

3. Ciclo de Estudos

1º

4. Unidade Curricular

DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA (02313)

5. Área Científica

6. Ano curricular

2º

7. Tipo de Unidade Curricular / Semestre

1º Semestre



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

8. Tipo de aula e carga horária (tempo de trabalho)

Aulas Teóricas:	30,00
Aulas Práticas:	15,00
Aulas Teórico-práticas:	
Orientação Tutorial:	20,00

9. Créditos

6,00

10. Coordenador da Área Científica

11. Regente

Prof. Doutor FAUSTO DE QUADROS

12. Assistentes

Dr^a SILVIA MARIA GALVÃO TELES FRANCO PULIDO PEREIRA

13. Língua de ensino

Português

14. Objectivos Gerais

Concorrer para uma formação básica no domínio do Direito Administrativo, promovendo-se o conhecimento do sistema administrativo português e, em particular, o respectivo regime geral a que se sujeitam as actividades administrativas.

15. Objectivos Específicos

Favorecer a aprendizagem dos conceitos, princípios e soluções jurídico-normativas consideradas mais relevantes para a compreensão de um fundo comum de regulação das actividades administrativas no ordenamento jurídico português e no contexto europeu.

16. Competências a adquirir

Domínio da lógica jus-administrativa que prevalece em particular no ordenamento jurídico português, habilitando-se os alunos a compreender a realidade administrativa, a enquadrar juridicamente as principais manifestações do poder administrativo, a resolver questões práticas que relevem no âmbito do Direito Administrativo Geral e a desenvolver estudos de especialidade.

17. Metodologia de ensino

O ensino será desenvolvido nas vertentes teórica e prática, enquadrando-se em sessões de ensino de carácter colectivo os esforços de aprendizagem individual a realizar pelos alunos.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

18. Conteúdos Programáticos

INTRODUÇÃO

1. O poder Administrativo na repartição de poderes
2. Poder Administrativo e função administrativa
3. Administração Pública em sentido orgânico e administração pública em sentido material
4. Administração Pública e Administração Privada
5. O Direito Administrativo e o Direito da Atividade Administrativa
5. O Direito da Actividade Administrativa. Enquadramento
6. Os sistemas administrativos
7. a) O francês
8. b) O britânico
9. c) O alemão
10. d) O europeu

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS GERAIS DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA

11. Considerações gerais
12. O princípio da legalidade
13. O princípio da prossecução do interesse público
14. O princípio do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos
15. O princípio da boa administração
16. O princípio da igualdade
17. O princípio da proporcionalidade
18. O princípio da justiça e da razoabilidade
19. O princípio da imparcialidade
20. Os princípios da boa-fé; seus corolários: a segurança jurídica, confiança legítima ou tutela da confiança
21. O princípio da colaboração com os particulares
22. O princípio da participação
23. O princípio da decisão
24. O princípio da gratuidade
25. O princípio da responsabilidade
26. O princípio da administração aberta
27. O princípio da protecção dos dados pessoais
28. O princípio da colaboração leal com a União Europeia
29. Princípios aplicáveis à Administração eletrónica

CAPÍTULO II

EXERCÍCIO DO PODER ADMINISTRATIVO

30. Vinculação e discricionariedade administrativa
31. O poder discricionário da Administração
32. Idem: natureza
33. Idem: fundamento e âmbito
34. Idem: limites
35. Idem: controlo
36. Idem: figuras afins: interpretação de conceitos indeterminados e remissão da lei para regras



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

extrajurídicas

37. Manifestações do poder administrativo

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

38. Noção

39. Espécies

40. Princípios específicos

41. Idem: a adequação procedimental

42. Idem: acordos endoprocedimentais

43. Idem: o princípio do inquisitório

44. Idem: o princípio da cooperação e boa-fé procedimental

45. Os sujeitos da relação procedimental

46. A conferência procedimental

47. O direito à informação

CAPÍTULO IV

REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

48. Conceito

49. Distinção entre lei, regulamento e ato administrativo.

50. Fundamento do poder regulamentar

51. Limites do poder regulamentar

52. Espécies de regulamentos

53. Competência e forma

54. O procedimento

55. Modificação e extinção

56. Validade e eficácia

57. Impugnação administrativa

CAPÍTULO V

ATO ADMINISTRATIVO

58. Conceito de acto administrativo.

59. Classificações de atos administrativos

60. Estrutura do acto administrativo

61. O acto tácito

62. Validade do acto administrativo: requisitos da validade quanto aos sujeitos, à forma e às formalidades, ao conteúdo, ao objecto e ao fim.

63. A fundamentação dos actos administrativos

64. A invalidade do ato administrativo: os vícios geradores de ilegalidade

66. As formas de invalidade

66. A eficácia do acto administrativo. Os requisitos da eficácia

67. Extinção e modificação do acto administrativo. Revogação e anulação administrativa.

68. Suspensão, retificação e sanção do acto administrativo

69. A execução dos actos administrativos

CAPÍTULO VI

GARANTIAS DOS PARTICULARES



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

- 70. As garantias políticas
- 71. As garantias administrativas: petições e impugnações
- 72. A queixa ao Provedor de Justiça
- 73. Remissão das garantias contenciosas para outra disciplina

CAPÍTULO VII

CONTRATO ADMINISTRATIVO

- 74. Razão de ser do contrato administrativo
- 75. Contratos públicos e contratos administrativos: conceitos e disposições gerais
- 76. Classificação de contratos administrativos
- 77. Espécies de contratos administrativos
- 78. Formação do contrato administrativo: tipos de procedimento
- 79. Poderes dos contraentes público e privado

19. Métodos de Avaliação

Elementos relevantes: assiduidade; participação activa nas aulas e em actividades complementares; elaboração e defesa de trabalhos escritos; provas escritas de avaliação intercalar.

20. Recursos Didácticos

Disponibilização em Biblioteca e nos Centros de Documentação de bibliografia adequada e actualizada e do acesso a bases de dados jurídicas.

21. Palavras Chave

Direito Administrativo
Função Administrativa
Actividade Administrativa



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

23. Bibliografia Principal

Autor(es): Fausto de Quadros e outros (obra colectiva)
Título: Comentários à Revisão do Código do Procedimento Administrativo
Edição: Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Almedina

Autor(es): Diogo Freitas do Amaral
Título: Curso de Direito Administrativo, vol. II
Edição: 3ª Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Almedina

Autor(es): Mário Aroso de Almeida
Título: Teoria Geral do Direito Administrativo
Edição: 3ª Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Almedina

24. Bibliografia Complementar

Autor(es): José Carlos Vieira de Andrade
Título: Lições de Direito Administrativo
Edição: 4ª Ano: 2016
Local: Coimbra
Editora: Imprensa da Universidade de Coimbra

Autor(es): Marcelo Rebelo de Sousa e André Salgado Matos
Título: Direito Administrativo Geral
Edição: 3ª Ano: 2008
Local: Lisboa
Editora: D. Quixote



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Ficha técnica MIP	
Título	Programa da unidade curricular 'DIREITO DA ACTIVIDADE ADMINISTRATIVA': Ano Lectivo 2019/2020
Autor	Prof. Doutor FAUSTO DE QUADROS
Classificação	-
Descritores	-
Colaborador(es)	-
Data/Hora	17-07-2019 12:35:00
Formato de dados	Texto, PDF
Estatuto de utilização	Acesso público
Relação	Versão 1,0
(c) Universidade Lusíada de Lisboa, 2019	